

ALEXANDER SAWOZUK BELLARDO

DESEMPREGO NA GRANDE CURITIBA NOS ANOS NOVENTA

**Monografia apresentada para
conclusão do curso de Bacharel em
Ciências Econômicas, Departamento
de Economia, Universidade Federal
do Paraná.**

**Orientador: Prof. ° Othon Juruá Rolin
de Souza Reis.**

**CURITIBA
2004**

ALEXANDER SAWOZUK BELLARDO

DESEMPREGO NA GRANDE CURITIBA NOS ANOS NOVENTA

**CURITIBA
2004**

TERMO DE APROVAÇÃO

DESEMPREGO NA GRANDE CURITIBA NOS ANOS NOVENTA

Monografia aprovada como requisito parcial para obtenção do grau de Bacharel no curso de Economia da Universidade Federal do Paraná, pela Comissão Formada pelos Professores:

Orientador

Othon Juruá Roim de Souza Reis

Examinador

Divonzir Lopes Beloto

Examinador

Denise Maria Maia

SUMÁRIO

LISTA DE TABELAS.....	iii
ANEXOS.....	iv
RESUMO.....	v
1 INTRODUÇÃO.....	01
2 As alterações no mercado de trabalho hoje, uma abordagem teórica conceitual.....	03
2.1 Conceito de desemprego.....	04
2.2 Emprego X Desemprego.....	05
2.3 Globalização.....	06
2.4 Tipos de desemprego.....	08
2.5 A realidade e o desemprego.....	09
2.6 Exclusão social – Pobreza - Desemprego.....	10
3 quais as medidas que o governo utilizou no plano real que ajudaram a incentivar a demanda de mão-de-obra.....	12
3.1 Plano Real	12
3.2 Economia paranaense nos anos 90.....	18
3.3 Desemprego na Região Metropolitana de Curitiba.....	22
CONCLUSÃO.....	26
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	27

LISTA DE TABELAS

1.Evolução das principais variáveis econômicas	
Brasil 1994-1999.....	16
2.Grupos populacionais	21
3.Estimativa da população economicamente ativa, ocupada e desempregada	23

ANEXOS

Principais conceitos.....	29
Principais indicadores.....	32

RESUMO

O trabalhador desempregado faz malabarismos para poder sobreviver, já que não possui renda fixa, mas pode possuir uma família para sustentar, pois na maioria das vezes o desemprego determina a precariedade familiar – caso em que nenhum membro da família possui renda fixa. Não obstante, a precariedade familiar é parte constitutiva da pobreza e da má distribuição de renda, as quais, por sua vez, aparecem como as principais causas que atingem, de forma desigual, os diferentes grupos de pessoas que compõem a força de trabalho e definem, direta ou indiretamente, a posição destes trabalhadores no mercado de trabalho. Ainda em se tratando do trabalhador desempregado, há que se considerar as mudanças provocadas no mundo do trabalho – nas forças produtivas e no modo de produção – além da ampliação dos mercados consumidores que passam a exigir produtos com maior qualidade, fato que incide diretamente na maior qualificação da mão-de-obra dentro do país, indispensável para melhorar a eficiência e eficácia da empresa – produzir mais, com qualidade e redução de custos, inclusive no emprego da força de trabalho. Este novo paradigma tecnológico é exigência de um mercado instável onde a flexibilidade é condição para existência das fábricas, bem como a eliminação de tempos mortos e improdutivos que permitem saltos qualitativos, no processo produtivo, garantindo a possibilidade de concorrência no mercado.

INTRODUÇÃO

As mudanças observadas no mundo sejam elas de ordem social, econômica ou cultural, atingem diretamente o modo viver e de produzir a existência das pessoas em cada época e lugar. Atualmente, apesar de todos os avanços científicos e tecnológicos que ampliaram grandemente a qualidade de vida, milhares de pessoas ainda buscam uma oportunidade de emprego na tentativa de garantir uma vida com mais dignidade e perspectivas de futuro. Neste cenário de mudanças e transformações os anos 90 foram para o Brasil, um período muito importante no que tange a economia, pois é desta época a adoção do plano real que trouxe conseqüências positivas e negativas à organização da sociedade em geral e do mercado de trabalho, em particular. Os anos 90, para a economia Brasileira, foram de uma grande valia, com a adoção do Plano Real, e todos os seus benefícios e malefícios.

Mudanças mais amplas como a formação dos blocos econômicos, também apontam à mesma direção, pois apesar de cada país apresentar uma característica, uma cultura, de um modo geral as transformações produtivas e a geração de recursos humanos, estão inerentes a estas mudanças convergidos à qualificação e à criação de novos postos de emprego.

Com base nestas propostas o objetivo deste estudo é analisar as mudanças ocorridas em relação ao emprego e ao desemprego nos anos 90, a partir da implantação do Plano Real e governo de Fernando Henrique Cardoso, tomando como elementos de análise, as transições econômicas.

Para efetivar esta investigação adotou-se como referência de estudo a Região Metropolitana de Curitiba, nos anos 90, fazendo-se uma abordagem do trabalho, do perfil da mão-de-obra e da industrialização, o comportamento do mercado de trabalho frente a uma nova realidade tecnológica, cultural e econômica. Foram utilizadas também, análises estatísticas do desemprego, uma vez que o governo estadual adotou medidas de combate ao desemprego e à exclusão social, destacando a situação de pobreza e a evolução dos planos econômicos e da economia paranaense como um todo, durante toda análise desta pesquisa.

2. AS ALTERAÇÕES NO MERCADO DE TRABALHO HOJE, UMA ABORDAGEM TEÓRICA CONCEITUAL.

Keynes organiza uma análise macroeconômica do pleno emprego, construindo um quadro de referências onde os fatores de crescimento do investimento impactam sobre a renda e o emprego, afetando o poder de compra dos trabalhadores.

Segundo Keynes:

“...as pessoas não gastam a sua renda total em consumo e não investem o resto necessariamente, impedindo o caminho em direção ao pleno emprego. O principal objetivo da intervenção governamental é de reduzir o desemprego elevando a produção ao nível de pleno emprego.” (KEYNES apud de MASI,1999,p.198).

Numa abordagem macroeconômica, um encadeamento automático entre aumento da produção e aumento de consumo, não haveria desequilíbrio entre oferta e demanda, o equilíbrio no sistema econômico seria instantâneo e regulado pelo individualismo competitivo dos preços. As variáveis atuando no curto prazo, como deficiência da demanda efetiva, rigidez de preços e salários e baixa propensão a investir, geram taxas de crescimento econômico, insuficientes, no entanto, para manter o produto efetivo no nível do produto potencial do pleno emprego.

Para Keynes, o salário real de equilíbrio não significa o pleno emprego, uma vez que, a flexibilidade dos salários, através do ajustamento automático, permite que todos encontrem emprego.

“ além do desemprego friccional (pessoas que estão trocando de emprego e, momentaneamente desempregadas), há o desemprego voluntário (quando os trabalhadores não aceitam os salários vigentes) e o involuntário (não conseguem emprego aos salários de mercado). A existência de desemprego involuntário é uma indicação de rigidez de salários e preços, e portanto de equilíbrio com desemprego (Nali de Jesus de Souza. Desenvolvimento Econômico, 1999, p.156).

2.1 Conceito de desemprego

O desemprego é uma situação de ociosidade em que se encontram as pessoas, que compõem a força de trabalho de uma nação. É uma consequência do processo de acumulação de capital, sendo que os desempregados, força de trabalho ociosa de uma nação, funcionam como reguladores da taxa de salários dos trabalhadores.

O desemprego não é o vilão da história, mas sim, um efeito colateral das políticas de estabilização interna de um país. Os desempregados desempenham o mesmo papel que as mercadorias que sobram nas prateleiras. Quando há demanda por mercadoria, o consumo é contido, as empresas vendem menos, logo os seus estoques aumentam, a produção, por sua vez, tende a diminuir, com a produção reduzida o capitalista tem uma necessidade de aumentar a sua produtividade assim dispensando mão-de-obra, tendo que empregar menos trabalhadores, este colabora com o aumento de mão-de-obra ociosa no país.

O pleno emprego é uma situação em que a demanda de trabalho é igual ou inferior à oferta de trabalho, significa um grau máximo de utilização da mão-de-obra e recursos produtivos de uma determina economia, porém só vai existir o chamado pleno

emprego quando a força de trabalho do país que se encontre ociosa, desempregada, não seja maior que 4%, do total da força de trabalho existente neste país, segundo IBGE em 1999.

2.2 EMPREGO X DESEMPREGO

As pessoas se desestruturam ao estarem excluídas do exercício de alguma atividade, pois organização social atual faz com que exista uma dependência, - o que alguns chamam de institucionalização, do exercício de uma atividade remunerada. Não obstante a organização social não consegue acompanhar o progresso tecnológico, as máquinas cada vez mais avançadas, com novas tecnologias, que criam uma automação muito maior, fazem com que se cada vez menos de mão-de-obra para a utilização das mesmas.

Desse modo, a riqueza aumenta o trabalho diminui em proporções alarmantes; o mercado de trabalho é implacável, as pessoas a procura de emprego aumentam, porém vão assumindo postos de trabalho disponíveis dentro do país onde vive, isto quando não saem a procura de novas oportunidades em outros países.

A tecnologia, mesmo com todo seu avanço, não consegue diminuir a ociosidade, pelo contrario, cada vez mais diminui a necessidade da mão-de-obra, não só nas atividades físicas mas também nas intelectuais. Contraditoriamente, este não é o fim do trabalho, o trabalho é indispensável por produzir riqueza e valor de troca.

Entretanto, há concretamente uma diminuição considerável do trabalho na sua forma de emprego. As máquinas, agora também como extensão do cérebro humano, têm se constituído enquanto possibilidade de eliminação do sujeito trabalhador, “roubando-lhe” seu emprego e impondo-lhe, assim, formas agudas de exploração e desumanização.

O desemprego, por sua vez pode gerar a informalidade como uma alternativa de obtenção de renda, o trabalho informal não possui carteira assinada, não recolhe os impostos privando-se assim de assistência previdenciária e direitos trabalhistas.

Pode-se citar como trabalhadores informais, não só camelôs e vendedores ambulantes, mas também os catadores de papel, “flanelinhas”, diaristas (empregadas domésticas que trabalham por dia sem carteira assinada), professores particulares, músicos entre outros.

Contudo, para que se possa diminuir o trabalho informal é necessária uma revisão nas leis trabalhista, dando uma melhor flexibilização no que se refere a questão de impostos para a contratação de novos empregados ou até mesmo à formalização dos já existentes. (De Masi, 2003 pg 39)

2.3 GLOBALIZAÇÃO

A globalização representa o fim das economias fechadas, é a integração cada vez maior dos mercados de todo o mundo, é um processo da reorganização da divisão

internacional do trabalho.

A globalização não reduz a ocupação nos países exportadores de capital e importadores de produtos industriais, porém ocasiona o desemprego estrutural, e isto ocorre porque a desindustrialização em geral não tem pronto acesso aos novos postos de trabalho. O desemprego estrutural causado pela globalização é semelhante do tecnológico – ele não aumenta o total de pessoas trabalhando, porém, deteriora o mercado de trabalho.

O nível geral de emprego não diminui com a globalização, pois a medida em que existe uma abertura econômica do comércio internacional aumentam as importações e exportações. Quando os países desenvolvidos começam a importar dos países subdesenvolvidos, os empregos correspondentes passam do centro para a periferia. (De Masi. 2003 pg 180-189)

Segundo Domenico De Masi, em seu livro “O Futuro do Trabalho” pode-se classificar a globalização da seguinte forma:

- A globalização como descoberta: a exploração dos planetas constitui uma forma de globalização onde aos poucos os limites do mundo foram deslocados;
- A globalização como troca: o escambo, a comercialização de escravos com o tráfico, a troca de mercadorias, a troca de informações, etc;
- A globalização como colonização: globalizar através do avanço militar pelas fronteiras do mundo;
- A globalização como regulamento: a criação de organismos

internacionais para regular as políticas de cada país;

- A globalização atual: na medida em que as mudanças vão acontecendo, somando-se a velocidade das mesmas, nos planos das relações sociais e econômicas, da organização do trabalho e do arranjo político, desta forma há uma integração entre as mudanças e as referências atuais. (De Masi, 2003 pg 186)

2.4 TIPOS DE DESEMPREGO

- a) Desemprego cíclico – está ligado a uma fase de queda do ciclo econômico.
- b) Desemprego disfarçado – consiste na remuneração muito abaixo dos padrões aceitáveis, afetando trabalhadores não registrados.
- c) Desemprego friccional – ocorre por desajuste ou falta de mobilidade entre a oferta e a demanda por mão-de-obra.
- d) Desemprego sazonal – limita-se a certas épocas do ano por não existir oferta homogênea de emprego.
- e) Desemprego tecnológico – vem com o aumento da mecanização ou nos padrões de demanda dos consumidores. (IPARDES, PME, 2000, pág 3-4)

2.5 A REALIDADE E O DESEMPREGO

As pessoas desempregadas com pouca especialização submetem-se a informalidade, sobrevivendo de pequenos serviços. Muitos trabalhadores procuram desenvolver um ofício por conta própria para que possam ter sustentabilidade e dignidade e, assim, poder oferecer às suas famílias pelo menos o básico.

Muitas são as sugestões para que o índice de desemprego venha ser menor, dentre elas, estão: os deslocamentos de mão-de-obra para o setor terciário, as terceirizações, a diminuição de encargos sociais, investimentos em áreas de baixa tecnologia e diminuição da jornada de trabalho.

As pessoas que trabalham com carteira assinada, que possuem uma remuneração, estão mais garantidas que outras, são mais respeitadas, podem ostentar profissão no cartão de visita. São atribuídos ao trabalho efeitos milagrosos, apenas quem trabalha consegue socializar-se e realizar-se. Hoje um diretor, um empresário, trabalha muito mais horas do que os operários, empregados.

Nenhuma organização social consegue acompanhar o desenvolvimento da tecnologia a ponto de conseguir absorve-la de imediato e por completo, as máquinas mudam muito mais rápido do que os hábitos. Urge repensar a redistribuição da riqueza que continua crescendo na mão de poucos, principalmente porque a demanda por mão-de-obra vem diminuindo drasticamente, causando assim um distanciamento ainda maior, entre os que trabalham e ganham muito e outros que trabalham muito e ganham pouco.

As maiorias dos trabalhadores investem todas as suas energias na carreira, pois passam quase todo o seu dia no local em que trabalham, não tendo tempo para o lazer com a família. Isso significa que no trabalho excessivo não encontram identificação e socialização.

Contudo, o desemprego é o ponto alarmante para cada trabalhador, ou seja, existe a necessidade de se redistribuir riquezas e a arte de criar e desenvolver metodologias de ocupação com satisfação, para que o trabalhador tenha uma vida digna, condizente com suas expectativas e sonhos. (Singer, 1998, pág 52-67)

2.6 EXCLUSÃO SOCIAL – POBREZA - DESEMPREGO

O desemprego é uma das mais importantes formas de exclusão social, as pessoas desempregadas podem ser levadas a mais desigualdades e certamente a mais pobreza. A única maneira de reduzir a exclusão social seria reforçando a inclusão social isto é, sustentando e treinando os desempregados, financiando e assistindo de diversas maneiras as pequenas empresas ou comunidades de trabalho.

As principais causas da exclusão social são estruturais, ou seja, uma economia de mercado é feita por negócios, departamentos governamentais, organizações não-lucrativas, podendo desta forma ser afirmado que são os mais importantes canais de integração econômica.

No Brasil, a globalização foi ponto culminante para a inclusão social nos anos 70, no auge do Milagre Econômico, pois ao tornar-se exportador de manufaturados por

muitas empresas, houve a necessidade de contratação de mais mão-de-obra.

O Brasil pode ser considerado a terra da desigualdade. As diferenças sociais entre ricos e pobres, brancos, negros e pessoas de outras raças, homens e mulheres, e a questão da escolaridade que é gritante, muito maior que em qualquer outro país. A desigualdade brasileira pode se mostrada sob vários aspectos, dentre eles pobreza que pode ser considerada fonte de exclusão.

Segundo Paul Singer:

“...O Brasil é dividido em 5 regiões : N – Norte; NE – Nordeste; SE – Sudeste; e C-O – Centro-Oeste , S - Sul. O SE é de longe a região mais industrializada, seguida pelo S; o NE é a região mais pobre e mais atrasada, seguida de perto pelo N; o C-O inclui a capital Brasília e ocupa posição intermediária em relação às outras regiões. O Brasil se divide politicamente em estados autônomos, que atualmente somam 27. São Paulo, Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul são os estados mais avançados economicamente; Piauí, Maranhão e Ceará estão na outra ponta”.
(Paul Singer. Globalização e Desemprego, 1998 p.84,85)

O analfabetismo, a ausência de escolaridade e o trabalho infantil são também formas de exclusão social

3 QUAIS AS MEDIDAS QUE O GOVERNO UTILIZOU NO PLANO REAL QUE AJUDARAM A INCENTIVAR A DEMANDA DE MÃO-DE-OBRA

O Brasil apresentava no final da década de 80 e início da década de 90, uma economia fragilizada, que expressava grande instabilidade decorrente vários planos econômicos, os quais abalavam as estruturas e fracassavam no momento seguinte.

Apesar disso, o Brasil possuía crescimento econômico, mesmo que sob a bagagem de vários problemas graves de ordem social, como a má distribuição de renda, educação, qualidade de vida, saúde, falta de saneamento básico, níveis de pobreza absoluta e desemprego.

3.1 PLANO REAL

O Plano Real é advindo de outros dois planos políticos, os quais eram Plano Collor I e Plano Collor II. Onde o Plano Collor I vinha com a promessa de moralizar a política brasileira, onde o então Presidente da República lança seu plano de estabilização econômica, dos quais os brasileiros sentiram-se traídos pelas promessas da campanha política.

O governo Collor implementa alguns aspectos de favorecimento a política brasileira tal como a liberalização das importações, a qual contribuiu para o processo de modernização nas indústrias nacionais. Os produtos importados então eram adquiridos pelos mesmos preços de produtos nacionais.

Uma medida ainda mais audaciosa foi o seqüestro dos ativos financeiros, o qual limitava o saque de conta-corrente, isto provocou uma estagnação na economia, num período em que a inflação girava em torno de 80% ao mês. Com uma economia estagnada, muitas empresas começaram a demitir seus empregados.

Outras medidas também foram tomadas, tais como o congelamento de preços e salários. Os salários, no entanto, poderiam ser negociados diretamente entre empregados e empregadores. Contudo, para os preços havia uma nova regra, pois antes de congelar o governo aumentou: combustíveis, energia elétrica, telefone e correios. Também aumentou as alíquotas de impostos de transações financeiras.

Foram muitas mudanças e medidas que não se fortificavam, o então Presidente, numa tentativa de consertar falhas, lança um novo Plano de governo.

Segundo ALBERT TAMER:

“A previsão durou pouco. Dez meses e meio depois, a inflação chegava a 19,91% em janeiro e já apontava para 24% nos meses seguintes. A negociação da dívida externa estava parada, os cortes dos gastos públicos haviam ficado aquém do anunciado, e a política monetária inconstante havia fracassado. O CMN(Conselho Monetário Nacional) havia fixado uma previsão de expansão em torno de 9% para os meios de pagamentos (M1) (papel moeda metálica em poder do público), no segundo semestre de 1990; mas, de fato este número foi ultrapassado, chegando perto de 120%. Só em dezembro, os depósitos á vista e o papel-moeda em poder do público cresceram 41%. Ninguém duvida que o “vencer ou vencer” do presidente Collor não havia vencido. Tinha sido apenas mais uma retórica. Era preciso mudar o plano, com urgência. Isso feito sem maiores estudos, consultas ou análises. Basicamente voltou-se ao congelamento de preços e salários e uma alteração na estrutura do mercado financeiro. Tudo sem muita convicção, como se fosse apenas mais um remendo para tapar os buracos por onde o plano fazia água. Era uma espécie de repetição do Plano Cruzado, feito, alias, por uma equipe que havia participado de sua elaboração com o então Ministro Funaro. Havia até o gosto de um certo saudosismo.”(Tamer, 1991, p,75).

Um plano fundamentado em medidas provisórias pode-se analisar, desta forma, o Plano Collor II. Começa então um tabelamento de preço, como consequência a inflação que aparece como um fantasma, pois os empregadores tomam como primeira medida a redução de vagas e postos de trabalho.

Dentre as muitas medidas o governo também substituiu a BTN (Bônus do Tesouro Nacional) pela TR (Taxa Referência de Juros), a qual seria fixada aleatoriamente pelo Banco Central; o povo, no entanto, não acredita mais no governo.

O descontrole da inflação e a ameaça de impeachment, do presidente Collor fizeram com que piorasse a crise do governo junto aos trabalhadores, isto provocou uma contração da demanda e queda da produção, porém não baixou a inflação.

O plano não atingiu sua principal meta que era o ajuste e saneamento das contas públicas.

O governo seguinte, com Itamar, vem com um desequilíbrio social, uma necessidade da redução dos juros reais bancários, desorganização do Sistema Financeiro de Habitação, um descontrole real da inflação e desemprego crescente.

O governo Itamar levado pelo seu Ministro Fernando Henrique Cardoso, tinha como objetivo a criação de uma moeda estável, através do tripé: austeridade fiscal, desindexação e controle monetário. Antes da mudança oficial da moeda é criado um indexador a URV (Unidade Referencial de Valor).

A adaptação dos segmentos produtivos não causou resistência nos diferentes setores da economia, onde foram necessários a aceitação de indexação de contratos, preços e salários em URV. Durante a vigência da URV a inflação em cruzeiros reais manteve-se estável.

As maiores dificuldades para os planos de estabilização eram o controle da

inflação. Um dos maiores desafios, para a troca de moeda, era para que essa acontecesse de maneira natural. A adequação das instituições financeiras, nesse momento, foi para o primeiro passo para os desafios de controle inflacionário.

Com Fernando Henrique Cardoso na presidência as medidas para a manutenção do plano real foram mais intensas. A inflação ainda era uma ameaça ao plano, a população começa a exceder-se no consumo e obtenção de crédito, a intervenção do governo neste sentido é crucial, pois com restrição ao crédito, não haveria um aumento exacerbado de consumo, o qual poderia ocasionar aumento de inflação.

Com um plano de privatizações o governo consegue estabilizar a economia, e atingir seu principal objetivo que era a redução da inflação, e uma tentativa de crescimento econômico, modernizou o sistema tributário. Contudo, o fantasma do desemprego cresceu, ocasionado pelo aumento tecnológico, pela invasão de produtos importados ou pela globalização que invade o sistema produtivo e por fim por medidas recessivas de restrição monetária e política fiscal.

Nos primeiros anos do Plano Real o desemprego se manteve a taxas administráveis, porém nos últimos anos o aumento crescente, devido a uma política fiscal expansionista, diminuiu o poder aquisitivo, afetando a produção, além da prática de liquidez restritiva que enxugou o sistema monetário.

Em cinco anos de Plano Real houve uma fase de acomodação dos mercados, onde as expectativas negativas pela recessão e o desemprego deram início a um descontrole inflacionário, o retorno da indexação e uma crise cambial associada à disparada do dólar.

Nestes últimos cinco anos o controle da inflação foi o maior desafio e estava baseada a custo dos altos juros, sobrevalorização cambial e à falta de uma política fiscal, reduzindo dessa forma o crescimento econômico. Pode-se afirmar que o Plano Real é um fruto do mais bem sucedido programa de ajuste inflacionário brasileiro. (IPEA, 1997, p.5-27).

TABELA 1 – EVOLUÇÃO DAS PRINCIPAIS VARIÁVEIS ECONÔMICAS – BRASIL
1994-1999

ANO	CRESCIMENTO PIB %	INFLAÇÃO IGP –DI %	DESEMPREGO % DA PEA	DÍVIDA PÚBLICA R\$ BILHOES	DÉFICIT TRANSACCÇÕES CORRENTES US\$ BILHOES	TAXA DE INVESTIMENTO DO PIB %	INVESTIMENTO DIRETO ESTRANGEIRO US\$ BILHOES
94	5,9	1094,0	5,1	153,2	1,7	15,3	2,4
95	4,2	14,8	4,6	208,5	18,0	16,7	4,0
96	2,8	9,3	5,4	237,6	23,1	16,5	9,5
97	3,7	7,5	5,7	308,4	33,4	17,9	17,0
98	0,15	1,7	7,6	388,7	35,2	17,4	26,1
99	-1,0	7,9	7,8	470,3	32,1	18,0	31,3

FONTES: IBGE, FGV, BANCO CENTRAL, IPEA.

O Plano Real proporcionou ao sistema econômico, muitos ganhos, tais como: o declínio dos índices inflacionários, a eliminação da cultura de indexação, aumento dos

níveis de concorrência empresarial, ativação de uma demanda interna reprimida, investimentos diretos por estrangeiros, a eleição e reeleição do Presidente da República Fernando Henrique Cardoso.

Entretanto o processo de desvalorização do real trouxe à tona a inconsistência e a fragilidade da política econômica praticada pelo governo. O desequilíbrio da Balança Comercial devido à valorização cambial e a entrada de produtos importados - fez com que fosse aumentada a concorrência interna brasileira.

Os juros altos foram responsáveis pela valorização do real, sendo que o seu objetivo principal foi atrair capital externo, tendo como função a de cobrir o déficit do governo e aumentar as reservas brasileiras de dólares, também tinha o objetivo de conter o crescimento econômico como forma de controlar o desequilíbrio da balança comercial.

Nos anos 90, segundo o DIEESE, foram extintos cerca de dois milhões de postos de trabalho formal e a taxa de desemprego quase dobrou, no entanto a taxa de juros elevada fez que com o ajuste fiscal do governo intensificasse ainda mais o número de desempregados no país.(IBGE, FGV, BANCO CENTRAL, IPEA apud DIEESE).

Em 1999, quanto ao resultado do mercado de trabalho, apontado pelo DIEESE, foram reforçadas com a desvalorização do real, onde a retração da atividade econômica teve como consequência o agravamento do desemprego, que atinge a marca de 7,8% do PEA e a queda dos salários reais.(IBGE, FGV, BANCO CENTRAL, IPEA apud DIEESE).

3.2 ECONOMIA PRANAENSE NOS ANOS 90

Os anos 90 estão caracterizados pela travessia para a globalização e o surgimento de alguns fatores tecnológicos de base produtiva regional, causando um crescimento autosustentado da economia brasileira.

As melhorias dos padrões de eficiência produtivas são os primeiros resultados da integração dos países como o Mercosul e algumas ações estaduais, tais como: reparação e conservação da rodovia no trecho Curitiba – Joinville, reativação das obras de construção da ponte sobre o rio Paraná em Guairá, término do trecho da Ferroeste entre Guarapuava e Cascavel.

O processo de mudança na economia paranaense ocorreu pela inserção do Estado nos caminhos do Plano Real, com a liberalização comercial em 1994, onde a redescoberta dos investidores internacional foi o ponto primordial, a recuperação do poder de compra da população e a ampliação das relações externas, principalmente com as relações com o Mercosul.

A posição geográfica do Paraná foi um fator preponderante para a enorme capacidade de sincronização com o mercado exportador.

Programas como o Paraná mais Empregos, oferece à empresa incentivada um prazo de recolhimento do ICMS por 48 meses e o pagamento parcelado com correção monetária e sem juros.

O avanço da Economia Paranaense está centrado em determinados planos dos quais podemos citar: à formação de um pólo automotivo que começou nos anos 70,

com a vinda da New Holland e da Volvo, a recente vinda das montadoras Renault, Volks e Audi e mais de 60 fornecedores diretos.

A instalação da fábrica Renault na Região Metropolitana de Curitiba (São José dos Pinhais) foi um marco para a economia paranaense, é um recente processo de atração de investimentos e inversão produtiva no Paraná. O sistema automotivo vem de um mercado de saturação baseado no regime de constante renovação.

Os conglomerados buscaram a consolidação das frentes mexicanas e asiáticas e a abertura de novos pontos de expansão, na América Latina.

Os novos conceitos de modernização, organização empresarial, operacionalização integrada com fornecedores, configuram um salto de capacidade competitiva, sobre tudo no Paraná em relação a Minas Gerais. A decisão da Renault para sua instalação no Paraná deveu-se as condições de infra-estrutura, como a oferta de excedente de energia elétrica, serviços de telecomunicações e proximidade com o porto de Paranaguá.

Dentre outros atrativos ainda podem ser citados os mercados consumidores muito próximos, fornecedores industriais e os grandes centros compradores do Mercosul, as proximidades dos eixos de transporte, facilitando o escoamento da produção, a excelência da mão-de-obra e as preocupações das autoridades com o meio ambiente.

O Paraná tem um histórico de reduzida organização sindical e atuação de greves, ainda contou com incentivos fiscais previstos no “Programa Paraná Mais Empregos”, e pelo compromisso do Estado em 40% do investimento inicial da unidade, viabilizado pela readequação do Fundo de Desenvolvimento Econômico.

A Renault constitui uma vontade de industrialização, na sociedade paranaense, e da recuperação do governo do Estado, onde se pode fomentar o início de uma nova realidade industrial, pois o Paraná, há décadas, amargava resultados estáveis da sua condição altamente dependente do setor agrícola.

Muitas indústrias foram inauguradas na Região Metropolitana de Curitiba, algumas ainda estão no mercado, outras como a multinacional Daimler/Crysler (germano americano), onde tinha como o objetivo a fabricação da picape Dakota, teve sua fábrica fechada em Campo Largo. A realidade do mercado aniquilou o projeto com uma reduzida capacidade de sobrevivência num ambiente de forte concorrência.

Desde o final de 1998 com a fusão entre a norte americana Chrysler e a alemã Mercedes (Daimler) a corporação vem sofrendo fortes prejuízos. A capacidade excedente na produção de veículos fez com que o grupo tomasse a decisão de interromper sua produção nos Estados Unidos, México, Brasil e Argentina.

A Chrysler não tinha poder competitivo suficiente e teve frustradas suas tentativas de inserir no mercado brasileiro seus utilitários, devido a menor capacidade de competição com a General Motor e a Ford.

Em 2001 houve um desaquecimento econômico decorrente de uma crise na desaceleração da economia mundial, na forte crise na Argentina, escassez de energia elétrica e desvalorização cambial. Neste período o nível de emprego no Paraná teve um declínio no parque automotivo de 5% em dezembro de 2000 e junho de 2001, puxado ainda por demissões na Volvo e Volks/Audi, segundo análise conjuntural do IPARDES.

No Paraná de 1992-2001, segundo IBGE, a população economicamente ativa

apresentou uma taxa de 1,74% com pessoas colocadas no mercado de trabalho, conforme apontam os dados da tabela 2.

TABELA 2 – GRUPOS POPULACIONAIS

GRUPOS POPULACIONAIS	1992	2001	TAXA DE CRESCIMENTO GEOMÉTRICO ANUAL 1992-2001 %
População em idade ativa	6.690.179	7.937.658	1,92
Homens	3.344.414	3.907,483	1,74
Mulheres	3.345.765	4.030.175	2,09
População economicamente ativa	4.379.061	5.115.956	1,74
Homens	2.684.111	2.971.736	1,14
Mulheres	1.694.950	2.144.220	2,65
Ocupados	4.142.728	4.723.545	1,47
Homens	2.552.675	2.779.614	0,95
Mulheres	1.590.053	1.943.931	2,26
Desocupados	236.333	392.411	5,80
Homens	131.436	192.122	4,31
Mulheres	104.897	200.289	7,45

FONTE: IBGE-PNDA

Grande parte dos trabalhadores paranaenses estão na zona rural e estão às margens de qualquer proteção social. A ocupação agrícola apresentou forte redução, com a eliminação de 334 mil postos de trabalho, segundo o IBGE-2002.

A industrialização paranaense no período de 1996-2001, não conseguiu mudar a participação industrial na geração de empregos.

A participação da mulher no mercado de trabalho é crescente, embora com

desigualdades, no entanto, é possível observar avanços positivos, como o acesso à cargos de direção e ao exercício de profissões, de prestígio, tais como: medicina, direito, arquitetura, engenharias, entre outras.

Alguns motivos para estas mudanças podem ser observados tais como: a queda do número de filhos por família, disponibilidade das mulheres para o exercício profissional, a expansão da escolaridade, maior inclusive que a dos homens, e a necessidade de ser parte ativa remunerada perante a família.

Em 1991 segundo o IBGE, 6,1 milhões de mulheres compunham a população economicamente ativa, ou seja, mulheres que estavam atuando no mercado de trabalho. No final da década o número de mulheres que trabalhavam chegava a 7,3 milhões em nosso país.

Outro aspecto predominante nos anos 90 foi o aumento da taxa de desemprego, onde foi indicado o maior número de pessoas que saíram temporariamente ou definitivamente do mercado de trabalho. O desemprego no período de 1991/99 passou de 4,89% para 8,26% entre as mulheres aumentou 4,81% para 7,03% e os homens, conforme pesquisa IBGE-1999.

3.3 DESEMPREGO NA REGIÃO METROPOLITANA DE CURITIBA

O Paraná é um Estado que possui boas perspectivas econômicas, pois é privilegiado com um malha viária, ferroviária e aeroportuária que facilita o escoamento da produção, a Região Metropolitana tem uma elevação de crescimento industrial e a

administração pública tem um bom padrão de qualidade.

A região Metropolitana de Curitiba, na última década, vem apresentando as maiores taxas de atividades entre as regiões metropolitanas. O desemprego afeta mais as mulheres, do total de mulheres ocupadas 16,4% realizam trabalhos domésticos, 6,9% das mulheres ocupadas são empregadoras diretas enquanto 11,1% dos homens ocupavam as mesmas funções, segundo dados do IBGE-1999.

Tabela 3 - Estimativa da população economicamente ativa, ocupada e desempregada Grande Curitiba - 1995/97 (em 1.000 pessoas)

Período	População economicamente ativa		
	Ocupados	Desempregados	Total
1995 (1)	884	107	991
Dezembro/96	898	119	1.017
Janeiro/97	894	123	1.017
Fevereiro	887	139	1.026
Março	892	150	1.042
Abril	892	159	1.051
Mai	890	155	1.045
Junho	884	151	1.035
Julho	893	152	1.045
Agosto	900	155	1.055
Setembro	911	152	1.063
Outubro	911	150	1.061
Novembro	915	145	1.060
Dezembro	911	141	1.052

Fonte: Convênio DIEESE/Seade e Iparde, SERT/SINE-PR. PED-RMC - Pesquisa de emprego e desemprego.

Em 1997, segundo a Tabela 3, houve um aumento do desemprego tanto para homens quanto para mulheres, sendo que as mulheres pesquisadas encontram-se desempregadas, em sua grande maioria. O comportamento do desemprego na Região Metropolitana de Curitiba foi essencialmente consequência de pessoas que

buscavam espaço no mercado de trabalho. O número estimado de pessoas desempregadas no final da década de 90 era de 22.000, sendo que o responsável pelo aumento do nível de ocupação na Região Metropolitana de Curitiba foi o comércio, seguido de serviços domésticos e outros serviços. A pesquisa do DIEESE em 2000 apurou queda no nível de emprego na Construção Civil e na Indústria de Transformação.

Segundo pesquisa do Iparde no final do ano de 1999 e início de 2000, a taxa de atividade, representada por pessoas com 15 anos ou mais de idade inseridas no mercado de trabalho, estava em 63,29%. O nível de ocupação da Região Metropolitana de Curitiba aumentou em 3,3% em relação a 1998.

Houve, assim, um acréscimo de 3,4% no número de empregados com carteira assinada em dezembro de 1999, também aumentou o número de empregados sem carteira assinada e de empregadores cerca de 8,0%, enquanto que trabalhadores que exerciam atividades por conta própria diminuiu em 7,6%, aumentando no entanto, em 0,4% o rendimento médio das pessoas. Dentre os setores de atividade, o comércio apresentou elevação de 1,1% no rendimento médio.

A análise feita pelo Iparde em dezembro de 2001 conclui que, a região metropolitana de Curitiba sofreu um decréscimo de 1,0% em relação ao mês de novembro. Houve um crescimento na indústria de transformação, construção civil e do comércio. A taxa de desemprego aberto obteve uma queda de 17,8%, em relação a novembro. Em comparação ao ano anterior, todos os segmentos diminuíram seus rendimentos, em especial os trabalhadores por conta própria.

A análise realizada em dezembro de 2002 aponta uma queda de 2,1% no

mercado de trabalho para pessoas com 15 anos ou mais em relação ao mês de novembro de 2002, contudo, nas atividades de comércio e serviços aumentou o número de pessoas ocupadas. Os trabalhadores da indústria tiveram um aumento médio de 6,1% dos seus rendimentos médios, sendo que demais setores de atividade tiveram uma redução dos seus rendimentos.

Para a análise de dezembro de 2003, foi observado que houve um crescimento do número de trabalhadores nos setores da construção civil, intermediação financeira, atividades imobiliárias, aluguéis e serviços prestados a empresas, serviços domésticos, administração pública, defesa, seguro social, e uma queda considerável na indústria extrativa, de transformação, produção e distribuição de eletricidade, gás e água.

O número de pessoas não economicamente ativas teve um acréscimo de 2,3% em relação ao mês de novembro. Também tiveram acréscimos os trabalhadores com carteira assinada, sendo que trabalhadores por conta própria tiveram uma queda de 4,4% de seus rendimentos médios, comparadas ao mês de outubro de 2003.

CONCLUSÃO

A Região Metropolitana de Curitiba, conforme analisado, embora apresente um quadro relativamente melhor que as outras regiões metropolitanas brasileiras, apresenta-se com dificuldade de inserir os jovens no mercado de trabalho, e pessoas com pouca ou nenhuma qualificação.

A nova realidade tecnológica e industrial fez com que muitos trabalhadores fossem substituídos por máquinas, no entanto o Estado não consegue reverter este quadro de desemprego por não conseguir qualificar está mão-de-obra. A falta de escolaridade, a pobreza e falta de incentivo do governo fazem com que cada vez mais a situação de pobreza dos trabalhadores se agrave.

As indústrias tinham a filosofia de bens de consumo em massa, porém cada vez exigisse mais da mão-de-obra para a indústria de informação, ou seja, aquelas pessoas que não tem acesso, as qualificações (escola, oportunidade de treinamento, aprimoramento) estão condenadas ao desemprego, ou trabalhos com baixa remuneração.

O Plano Real busca o controle inflacionário, porém os governantes não conseguem minimizar a situação dos excluídos da sociedade, onde não existe frente de trabalho e nem um programa específico de incentivo a este, pelo aumento de impostos e uma nova tecnologia que dispensa o trabalho humano.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

DE MASI, Domenico. **O futuro do trabalho- fadiga e ócio na sociedade pós-industrial**. Rio de Janeiro, 2003.

KEYNES, apud Domenico 1999, p.198.

LOURENÇO, Gilmar Mendes. **A economia paranaense nos anos 90**. Curitiba, 2000.

SINGER, Paul. **Globalização e desemprego- Diagnóstico e alternativas**. São Paulo, 1998.

SOUZA, Nali de Jesus de. **Desenvolvimento Econômico**, 1999, p.156).

TAMER, Albert. **Os novos caminhos do Mercado Financeiro**, 1991, p.75.

DIEESE / SEABE – Curitiba

IBGE - www.ibge.gov.br Pesquisa Mensal de Emprego

IPARDES – Análise Conjuntural – Pesquisa Mensal de Emprego de 1999- 2003

IPEA – **O plano real e outras experiências internacionais de estabilização**. Brasília, 1997.

ANEXOS

PRINCIPAIS CONCEITOS

Segundo pesquisa mensal de emprego IparDES, outubro de 2003:

Trabalho – É a ocupação remunerada em dinheiro, produtos, mercadorias ou benefícios (moradia, alimentação, roupas, treinamento, etc) na produção de bens e serviços; a ocupação remunerada em dinheiro ou benefícios (moradia, alimentação, roupas, etc) no serviço doméstico; ou a ocupação sem remuneração na produção de bens e serviços, em ajuda na atividade econômica membro da unidade domiciliar, todas elas exercidas por pelo menos 1 hora na semana de referência.

População em idade ativa (PIA) – Compreende as pessoas com 10 anos e mais de idade na semana de referência da pesquisa.

População economicamente ativa (PEA) – Refere-se as pessoas ocupadas na semana de referência e às pessoas desocupadas nessa semana com procura de trabalho no período de referência de 30 dias

População ocupada (PO) – Compreende pessoas que exercem um trabalho remunerado (em dinheiro, mercadorias ou benefícios), ou sem remuneração em ajuda a membro da unidade domiciliar que era empregado.

Empregados – São pessoas ocupadas, na semana de referência que trabalhavam para um empregador (pessoa física ou jurídica), com ou sem carteira de trabalho, assinada, nos setores público ou privado.

Conta própria – São pessoas ocupadas no seu próprio empreendimento, na semana de referência, e que trabalhavam sozinhas ou com sócios, sem ter empregado e podendo ou não ter contado com a ajuda de trabalhador não remunerado membro da

unidade domiciliar.

Empregadores – São as pessoas ocupadas no seu próprio empreendimento, na semana de referência, que tinham pelo menos um empregado, podendo ou não ter contado com a ajuda de trabalhador não remunerado membro da unidade domiciliar.

Trabalhadores não remunerados da unidade domiciliar que era conta própria ou empregador – São pessoas que trabalhavam sem remuneração em empreendimento de membro da unidade domiciliar que era trabalhador por conta própria ou empregador, na semana de referência.

População desocupada (PD) – Compreende pessoas que não trabalharam na semana de referência, mas que estavam disponíveis para assumir um trabalho nessa semana e que tomaram alguma providência efetiva para conseguir trabalho no período de 30 dias, sem terem tido qualquer trabalho ou após terem saldo do último trabalho que tiveram nesse período.

População não economicamente ativa (PNEA) – Refere-se às pessoas que não trabalharam na semana de referência nem tomaram providências pra conseguir trabalho no período de referência de 30 dias.

Pessoas marginalmente ligadas à PEA – São as pessoas não economicamente, ativas na semana de referência, que estavam disponíveis para assumir um trabalho nessa semana e tiveram algum trabalho ou tomou alguma providência efetiva de procura de trabalho no período de referência de 365 dias.

Pessoas desalentadas – São pessoas marginalmente ligada à PEA na semana de referência da pesquisa, que estavam procurando ininterruptamente pelo menos seis meses, tendo desistido por não encontrar qualquer tipo de trabalho, trabalho com

remuneração adequada ou de acordo com suas qualificações.

Pessoas que saíram do último trabalho no período de referência de 365 dias – São as pessoas que tiveram algum trabalho no período de referência de 365 dias e que estão sem trabalho no último dia desse período.

Pessoas subocupadas por insuficiência de horas trabalhadas – São as pessoas que trabalharam efetivamente menos de 40 horas em todos os trabalhos da semana de referência e estavam disponíveis para trabalhar mais, no período de 30 dias, contados a partir do primeiro dia da semana de referência da pesquisa.

Pessoas ocupadas com rendimento mensal por horas semanais menor que o salário mínimo por 40 horas semanais – São as pessoas ocupadas na semana de referência, com rendimento/hora habitualmente recebido de todos os trabalhos no mês de referência, inferior a relação do salário mínimo por 40 horas semanais.

PRINCIPAIS INDICADORES

Conforme pesquisa mensal de emprego Iparde-2003.

Taxa de desemprego – é o percentual de pessoas desocupadas, na semana de referência da pesquisa, com procura de trabalho no período de referência de 30 dias, em relação à população economicamente ativa na semana de referência.

Taxa de atividade – é o percentual de pessoas economicamente ativas em relação ao total de pessoas de 10 anos ou mais de idade na semana de referência.

Taxa de Ocupação – é a relação entre o número de pessoas ocupadas e o número de pessoas economicamente ativas na semana de referência.